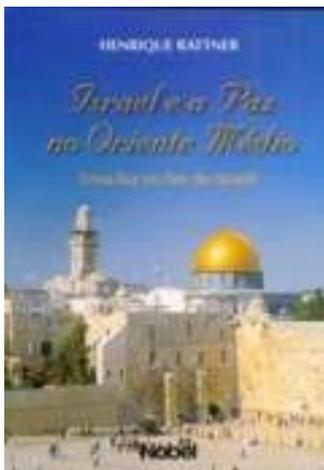


## Nos meandros da História

Henrique Rattner\*



É impressionante e o número de obras escritas sobre a História do povo judeu que procuram elucidar os desafios de sua singularidade e persistência

através dos últimos milênios e séculos. A continuidade do povo judeu está sendo explicada por sua fidelidade à sua religião, à sua nacionalidade ou a força de sua ética, baseada no princípio monoteísta. Essas explicações idealistas – a persistência devida às escolhas de livre arbítrio devem ser completadas por uma análise dos diferentes contextos econômicos, políticos e culturais ao longo da História para compreender as verdadeiras raízes do “milagre judeu” e a função social dos judeus na evolução e nos conflitos sociais das várias e sucessivas sociedades adotivas.

A versão oficial da História do povo judeu atribui sua dispersão à queda de Jerusalém e a destruição do segundo templo pelos romanos, sob o comando do imperador romano Tito. Entretanto, a diáspora judaica não se inicia com a queda de Jerusalém, no ano 70 da era cristã. Séculos antes dessa tragédia nacional, a maioria dos judeus já estava espalhada pelo mundo da Antiguidade, primeiro no império grego e em seguida no império romano. As condições geográficas e econômicas da terra de

Canaã impulsionaram parte de sua população a procurar seu sustento através do comércio marítimo, estabelecendo-se na área do Mediterrâneo, desde a Espanha, África do Norte e até o Egito.

O comércio ocupava um papel central na Antiguidade a partir do momento em que as sociedades essencialmente agrícolas passaram a produzir e a trocar seus excedentes, conferindo ao comerciante e ao banqueiro uma importância ímpar no seu desenvolvimento. Devido a essa importância do comércio, os governantes imperiais da época concederam vários favores e privilégios aos mercadores. Mas, ironia da História, nas sociedades baseadas na produção agrícola tradicional, a riqueza e a prosperidade dos comerciantes despertavam a inveja e o ódio contra aqueles que acumulavam riquezas inacessíveis à maioria do povo. Essa faceta do antisemitismo está presente nas sociedades da era pré-cristã e, também, na Idade Média, inclusive entre os ricos e poderosos que não podiam dispensar os serviços dos comerciantes.

Por serem odiados, perseguidos, e inúmeras vezes espoliados, os judeus viviam em áreas restritas, separadas do resto da população, de religiões diferentes. Ruínas dos antigos bairros dos judeus (guetos) são encontradas em quase todas as cidades-portos e de cruzamento entre as vias de comércio da Europa. O isolamento parcial ou, às vezes, total da sociedade explica a conservação das características religiosas, culturais, étnicas e sociais, manifestas por um forte espírito

comunitário e de solidariedade. Na sociedade medieval, não havia espaço para a mobilidade social e econômica, mantendo os judeus na posição de estranhos e, por isso, desprezados, mas que contribuiu fundamentalmente para sua coesão social e cultural.

Na História do segundo milênio da era cristã, a religião católica representava os interesses da nobreza rural feudal, o protestantismo, os da burguesia capitalista em ascensão, enquanto o judaísmo continuava a refletir os interesses dos comerciantes pré-capitalistas, tolerados mas impossibilitados de ascender na estratificação social e de obter os direitos de participação plena na vida social, cultural e política. Com a expansão do sistema capitalista na Europa ocidental, os judeus migraram para o leste e sua maioria estabeleceu-se nos domínios feudais da Polônia e da Rússia, sempre isolados e vítimas do preconceito dos camponeses e da nobreza rural parasitária.

Expulsos de um país para outro, após períodos variáveis de tolerância e prosperidade, não se admira que os sentimentos de coesão, solidariedade e de “pertencer” a um só povo tenham pesado na identidade coletiva religiosa e, eventualmente, nacional dos judeus, através dos séculos. Assim, uma História do povo judeu teria de abranger as diferentes épocas e condições de exílios sofridos e de asilos políticos concedidos, desde a Antiguidade; das primeiras concentrações na Espanha, Itália, Egito e África do Norte, passando depois para a França e Alemanha em um período que coincidiu com a “Idade de Ouro” na península ibérica sob o reino dos mouros. Durante um longo período, esta passou por uma fase de prosperidade e de desenvolvimento, da qual os judeus tiveram ampla participação, com ricas contribuições à manufatura, ao comércio

e às finanças, além de significativa contribuição às ciências, à astronomia, à navegação marítima, medicina, às artes e à poesia.

No século XV, após a queda de Constantinopla conquistada pelos turcos e a unificação das coroas de Castela e Aragão, a situação dos judeus mudou dramaticamente. Sob a inspiração da Igreja Católica, foi imposta a conversão forçada ao cristianismo como condição de permanência na Espanha e em Portugal. Pouco tempo depois, sob a instigação de padres franciscanos e dominicanos e sob o comando dos cardeais Torquemada e Cisneros, começou a caça aos “judaizantes” ou “marranos” pela Inquisição, prendendo milhares de acusados por denúncias anônimas, que foram submetidos à tortura até “confessar” crimes pelos quais foram julgados e queimados vivos em praça pública, em “autos da fé”. Muitos novos cristãos fugiram para o Novo Mundo recém descoberto, mas foram perseguidos e alcançados pelos braços da Inquisição cujos inquisidores foram mandados de Lisboa.

Convém mencionar que entre as vítimas do “Santo Ofício” encontra-se Gil Vicente, poeta e dramaturgo cujas obras eram censuradas e proibidas pela Inquisição. Também Antônio José da Silva, poeta, foi queimado em praça pública. Assim, foram destruídas centenas de comunidades judaicas, antes produtivas e prósperas, em nome da fé. Essa “limpeza de sangue” estendeu-se das pessoas comuns até aos altos funcionários e conselheiros da Corte que também foram obrigados a se converter ou a abandonar o país. Dezenas de milhares de judeus e de “novos cristãos” fugiram para o Norte da África, a Holanda, a Provence no sul da França e alguns principados italianos que lhes ofereceram asilo e, sobretudo para o Brasil no Novo Mundo e a Turquia.

Uma parte dos refugiados encaminhou-se para a França e Alemanha e, mais tarde, para o leste europeu, a Polônia e a Rússia, onde chegou a haver a maior concentração de judeus até a segunda guerra mundial. No fim do século XIX, após perseguições e pogroms instigados pelo clero russo ortodoxo, iniciou-se um fluxo ininterrupto para o norte da América, enquanto avançou também a ideologia nacionalista de retorno à terra prometida e a criação de um estado judeu na Palestina. A eclosão de uma onda inédita de anti-semitismo sob o regime nazista e suas consequências trágicas contribuíram para a criação do Estado de Israel, em 1948.

Seria este o fim da diáspora e do “judeu errante”, sendo todos atraídos pelo novo lar nacional? A realidade evidenciou que a maioria dos judeus preferiu ficar nas sociedades adotivas, que sofreram grandes transformações a partir do século da “Razão”, culminando com a “Declaração dos Direitos do Homem” pela Revolução Francesa. Mas, no leste europeu continuou a discriminação, o “*numerus clausus*” e a proibição aos judeus de morarem nas grandes aglomerações urbanas, situação que perdurou até às vésperas do século XX. Mesmo no ocidente “esclarecido” persistiu um velado anti-semitismo que revelou sua face no caso do processo contra o capitão Dreyfus, um oficial judeu na França, acusado e condenado ao desterro e somente dez anos depois, em consequência de uma campanha vigorosa liderada por Emile Zola, foi inocentado.

A liberdade conquistada, o livre acesso às profissões liberais e ao ensino superior induziram nos países ocidentais e centrais da Europa um processo inexorável de assimilação. Sem obrigação de se converter às denominações religiosas dominantes – catolicismo, protestantismo ou anglicanismo, as comunidades judaicas

foram perdendo suas características religiosas e culturais e, não fosse o fluxo ininterrupto de judeus emigrantes da Europa oriental, teriam sido completamente assimiladas nas sociedades ocidentais. No começo do século XIX, houve em Viena, capital do império austro-húngaro, apenas algumas centenas de famílias judias. Mas, no começo do século XX, seu número ultrapassou de 170 mil pessoas, em sua maioria, emigrantes da Europa oriental.

A partir do último quartel do século XIX, a emigração de judeus da Europa oriental alcançou números impressionantes. Altas taxas de natalidade, certas práticas de higiene e de alimentação fizeram a população judaica no mundo quintuplicar, entre 1825 e 1925, passando de três para quase 15 milhões. Aculturando-se nas sociedades ocidentais, o iídiche deixou de ser a língua de comunicação e aumentou constantemente o número de casamentos mistos, sobretudo nos centros urbanos mais dinâmicos e liberais. A catástrofe que se abateu sobre os judeus da Europa central e, logo depois, na Europa oriental pela ascensão dos nazistas e suas campanhas bélicas, expôs a fragilidade da existência das comunidades judaicas nesta parte do mundo. Na fuga generalizada dos que conseguiram escapar da sanha nazista, a Palestina ainda não foi escolhida como destino e futuro lar nacional. A maioria dos refugiados preferiu os Estados Unidos e alguns países da América Latina como seu destino.

No decorrer da Segunda Guerra Mundial, quando as tropas nazistas avançaram pelo norte da África e pelas estepes da ex-União Soviética até Stalingrado, ameaçando as linhas de navegação e de abastecimento vitais do império britânico, o governo inglês, percebendo que podia contar apenas com a população judaica na Palestina como aliada, prestes

a dar seu apoio aos exércitos dos aliados, criou uma brigada composta por judeus, servindo com tarefas auxiliares nos combates. Durante a Primeira Guerra Mundial, a Grã-Bretanha editou a Declaração Balfour, fazendo alusão à criação de um lar nacional para os judeus na Palestina. O agravamento das tensões e conflitos entre judeus e árabes no pós-guerra levou à partilha da Palestina, recomendada pelas Nações Unidas, em 1947 e que deveria resultar em dois estados – um judeu e outro, palestino. Os movimentos nacionalistas que procuravam estabelecer estados nacionais independentes e politicamente organizados, foram bem sucedidos, embora com algum atraso, na Alemanha e na Itália e, após a derrocada do império otomano, também nos países balcânicos. Entre os judeus, apenas uma minoria – os sionistas – optara pela via nacionalista de retorno à terra de Israel.

Já no ano de 1897, tinha sido criado o Congresso Sionista, na Suíça, declarando como seu objetivo a criação de um lar nacional na Palestina para o povo judeu, público e legalmente reconhecido. Contudo, o que os fundadores do movimento sionista e, posteriormente, os dirigentes do Estado de Israel pareciam ter ignorado, era o despertar do nacionalismo palestino árabe crescente, reforçado pelos movimentos contra as monarquias e contra o imperialismo no mundo árabe. A descolonização dos países africanos e asiáticos encorajara os dirigentes políticos do Egito, Iraque e Síria a tentar criar uma união pan-árabe política sob o comando de Gamal Abdel Nasser, presidente do Egito. Entretanto,

na Palestina, o não reconhecimento do Estado judeu pelos árabes levou a sucessivas guerras e ataques de guerrilheiros no território disputado. Ao longo de seis décadas, foram milhares as vítimas dos dois lados em um conflito permanente e, aparentemente sem solução fácil à vista.

Além dos problemas de estabelecer relações pacíficas com seus vizinhos, Israel enfrenta outros desafios, internos e externos, não menos perigosos. Apesar de um processo bem sucedido de absorção de imigrantes e sua integração à economia e sociedade israelense, a maioria dos judeus continua preferindo a vida na diáspora. A secularização, a liberdade e os direitos iguais de cidadania conquistados tendem a afastar os judeus de suas tradições religiosas sem conseguir substituí-las por uma identidade nacional comum. Assim, perdura a interrogação “quem é judeu”? De fato, como definir os judeus que não são religiosos nem nacionalistas e não residem em Israel? Por outro lado, no estado de Israel vive mais de 1,3 milhão de palestinos, muçulmanos e cristãos, como cidadãos de segunda classe.

Seria possível superar a hegemonia do setor religioso ortodoxo que hoje controla a vida dos cidadãos segundo as leis do Talmud? O cisma existente, entre leigos e religiosos, ameaça a coesão nacional na medida em que enfraquece o sentido de “pertencer”, de serem membros de plenos direitos na sociedade, sejam eles de origem russa, etíope, européia ou outros imigrantes recentes.



\* **HENRIQUE RATTNER** é Professor na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP (FEA/USP); e na pós-graduação no Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT). Fundador do Programa LEAD Brasil e da [ABDL - Associação Brasileira para o Desenvolvimento de Lideranças](#)